



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA SÉ

Supervisão Técnica de Manutenção

Rua Álvares Penteado, 49, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000
Telefone: 33971200

Termo de Referência

PROCESSO Nº 6056.2026/0001661-8

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente termo de referência visa a aquisição de pedras mosaico português, material que terá principal uso para reformas das calçadas do centro histórico de São Paulo.

1.2. O objeto desta aquisição é caracterizado como comum, decorrente da necessidade permanente das manutenções de atividades desta Subprefeitura Sé.

1.2.1. A classificação como material comum se justifica pelo fato de que a escolha do material se baseia exclusivamente em critérios técnicos de engenharia urbana e na compatibilidade com o revestimento existente, assegurando o menor custo à Administração, com preservação da durabilidade, regularidade superficial e segurança dos usuários do passeio.

1.3. Os quantitativos estão definidos no item 4.4. deste termo de referência.

1.4. O contrato ou documento equivalente, deverá ter vigência dentro do ano de 2026, contados a partir da assinatura ou recebimento, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021.

1.5. A entrega poderá ser parcelada em até 03 (três) vezes, e entregue após Ordem de Fornecimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da Contratação

2.1.1. A presente aquisição se dá pelas demandas de solicitações de reformas e manutenções do passeio público (calçadões) que necessitam manter suas características, portanto, faz-se necessária a compra do material para suprir estas solicitações encaminhadas a esta Supervisão Técnica de Manutenção da Subprefeitura Sé.

2.1.2. Trata-se de material pétreo padronizado, essencial para recomposição da calçada, garantindo segurança, acessibilidade, durabilidade e continuidade da circulação de pedestres. Sem este material, a área escavada permanece em condição irregular, aumentando risco de acidentes, deterioração do solo exposto e impactos negativos à mobilidade urbana. Dessa forma, a recomposição imediata da calçada é indispensável para restabelecer a integridade do passeio.

2.1.3. A justificativa técnica que classificam o objeto como materiais comuns são:

2.1.3.1. Atendimento a Necessidades Funcionais Críticas: As pedras mosaico português preta, branca, amarela, vermelha e sete lagoas, são destinadas exclusivamente à pavimentação e recomposição de calçadas, cumprindo função técnica de regularização superficial, resistência ao tráfego de pedestres, estabilidade geométrica e integração com o padrão urbanístico existente. Não possui atributos de ostentação, sendo selecionada apenas por características de engenharia, durabilidade e compatibilidade com o padrão original do passeio.

2.1.3.2. Materiais de Padrão Industrial: As pedras mosaico português são compostas principalmente por rochas naturais de calcário e basalto, sendo pequenos blocos irregulares (ou cubos) usados para revestimento. O basalto é geralmente usado para pedras pretas (alta resistência) e o calcário para as brancas ou coloridas, podendo também incluir granito. São materiais amplamente disponíveis no mercado da construção civil, sem utilização de acabamentos especiais, lapidação artística ou materiais raros. São insumos comuns conforme especificações usuais de pavimentação leve, definidos por granulometria, espessura e acabamento bruto, de simples padronização técnica.

2.1.3.3. Ampla Disponibilidade e Padronização: Pedras mosaico português são amplamente ofertadas no mercado nacional, possuindo dimensões e colorações padronizadas, o que garante competitividade em processos de compra pública. As características usuais — formato irregular, 5 cm de comprimento, 4 cm a 6 cm de largura e altura, cores diversas, resistência mecânica natural — permitem adequada especificação em pregão ou dispensa, eletrônica ou presencial.

2.1.4. Design Funcional e Técnico: O design é definido unicamente pela função urbanística e pela padronização de calçadas, não havendo nenhum elemento estético personalizado que caracterize sofisticação ou luxo.

2.1.5. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021: Os padrões de desempenho e qualidade serão definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações claras de mercado, tais como:

2.1.5.1. Dimensão média das peças,

2.1.5.2. Espessura mínima,

2.1.5.3. Coloração predominante,

2.1.5.4. Tipo de rocha,

2.1.5.5. Resistência natural,

2.1.6. A recomposição padronizada com pedras mosaico português atendem integralmente às exigências técnicas e urbanísticas, oferecendo:

2.1.6.1. Durabilidade superior a 50 anos quando assentada corretamente;

2.1.6.2. Alta resistência mecânica ao pisoteio e cargas leves;

2.1.6.3. Compatibilidade estética e urbanística com o padrão adotado nas calçadas;

2.1.6.4. Manutenção da integridade do passeio, evitando infiltrações, erosão e riscos de queda;

2.1.7. A recomposição adequada das calçadas é essencial para:

2.1.7.1. Garantir segurança e mobilidade da população;

2.1.7.2. Assegurar conformidade técnica e urbanística;

2.1.7.3. Manter a infraestrutura dos passeios em condições compatíveis com o uso público;

2.1.7.4. Reduzir custos futuros de manutenção corretiva.

2.1.8. Dessa forma, a aquisição das pedras mosaico português é medida necessária, proporcional e tecnicamente fundamentada, atendendo às boas práticas de engenharia civil para restauração de passeios urbanos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de pedras de mosaico português, em diversas cores e dimensões compatíveis com os padrões usualmente empregados em passeios públicos, destinadas à execução de serviços de manutenção corretiva, preventiva e recomposição de áreas pavimentadas em calçadões, calçadas e demais espaços públicos localizados na área de abrangência da Subprefeitura da Sé.

3.2. A contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo, regular e padronizado do material, de forma a viabilizar intervenções rápidas e eficientes em trechos danificados por desgaste natural, ação do tempo, obras diversas, tráfego intenso de pedestres ou outras ocorrências que comprometam a integridade do pavimento.

3.3. Busca-se, ainda, preservar as características originais dos revestimentos existentes, mantendo a identidade urbanística, o valor histórico, a uniformidade visual e o padrão estético característico dos logradouros públicos revestidos com mosaico português, especialmente em áreas de relevante circulação e interesse paisagístico.

3.4. A solução contempla o fornecimento dos materiais, conforme demanda da Administração, permitindo maior racionalização logística, melhor gestão de estoque, redução de perdas por armazenamento prolongado, previsibilidade no abastecimento e adequação permanente às necessidades operacionais da Supervisão Técnica de Manutenção.

3.5. A adoção da presente solução proporcionará, adicionalmente:

- Melhoria das condições de segurança dos passeios públicos, mediante recomposição de áreas desniveladas, soltas ou deterioradas;
- Padronização técnica e visual das intervenções executadas pela Administração Pública;
- Aumento da durabilidade dos reparos realizados, com utilização de material compatível com os pavimentos existentes;
- Otimização da aplicação dos recursos públicos, mediante aquisição planejada e alinhada à demanda real de consumo;
- Maior celeridade no atendimento das solicitações de manutenção urbana;
- Conservação do patrimônio público e valorização da paisagem urbana local;
- Suporte contínuo às equipes operacionais responsáveis pelos serviços de manutenção viária e de passeios.

3.6. A solução a ser contratada observará integralmente os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, interesse público, sustentabilidade e vantajosidade, garantindo o atendimento contínuo e adequado das necessidades da

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. O objeto consiste na aquisição de pedras mosaico português nas cores preta, branca, vermelha e sete lagoas, classificadas como material de consumo destinado basicamente a recomposição de calçadas dentro da área de circunscrição da Subprefeitura Sé.

4.2. O fornecimento deverá atender integralmente aos requisitos técnicos, operacionais e documentais descritos a seguir, garantindo desempenho, durabilidade, segurança ao pedestre e compatibilidade com o padrão urbanístico existente.

4.3. Especificação Técnica das Pedras Portuguesas

ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE (m³)	QUANTIDADE(T)
1.	Pedra Mosaico Português na Cor Vermelha, rocha natural, geralmente composta de basalto ou calcário, 5 cm de comprimento, 4 cm a 6 cm de largura e altura	4 m³	≈ 6,4 T
2.	Pedra Mosaico Português na Cor Preta, em sua maioria composta por basalto, variação de 5cm de comprimento, 4 cm a 6 cm de largura e altura	25 m³	≈ 40 T
3.	Pedra Mosaico Português na Cor Sete Lagoas, 5 cm de comprimento, 4 cm a 6 cm de largura e altura	14 m³	≈ 22,4 T
4.	Pedra Mosaico Português na Cor Branca, geralmente composto por calcário ou dolomita, 5 cm de comprimento, 4 cm a 6 cm de largura e altura	30 m³	≈ 48 T

4.3.1. As pedras portuguesas tem características, como:

4.3.2. Resistência à compressão: mínima de 100 MPa

4.3.3. Absorção de água: aproximadamente 0,12%

4.3.4. Acabamento: superfície rústica e irregular, com alta aderência

4.4. Requisitos Complementares de Qualidade e Padronização

4.4.1. Homogeneidade por lote, evitando diferenças extremas de tonalidade no mesmo trecho de passeio.

4.4.2. Ausência de defeitos sistemáticos, como trincas, fraturas, lascamentos, deslocamentos ou laminação excessiva.

4.4.3. Proibição de fornecimento de peças polidas ou com baixa rugosidade superficial, que comprometam aderência e segurança do pedestre.

5. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

5.1. AMOSTRA

5.1.1. A primeira licitante classificada, de cada item, deverá entregar 01 (um) saco de aproximadamente 05 (cinco) Kg de cada cor/item conforme item 4.3., a fim de se verificar quanto ao atendimento das especificações do edital e anexos;

5.1.2. O licitante deverá entrar em contato com o fiscal responsável em até 1 (um) dia útil, através dos contatos disponíveis neste Termo, para agendamento de entrega da amostra, sendo o prazo máximo para apresentação da mesma de 03 (três) dias úteis a partir do agendamento. Este prazo é para as amostras estarem em posse do(a) responsável.

5.1.3. A amostra deverá ser entregue para o fiscal designado, a fim de verificar se atende às especificações técnicas do edital e será utilizada no momento da entrega do material, como comparativo das características determinadas neste Termo de Referência.

5.1.4. O local de entrega da amostra será no Almoxarifado da Subprefeitura Sé, cito a Rua Rudge, 113, São Paulo, CEP 01135-020.

5.1.5. Compete à CMIU/STM, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, examinar a amostra apresentada e emitir o laudo de aceite ou de rejeição, que será inserido no processo de licitação;

5.1.6. Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador;

5.1.7. O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no Termo de Referência e as informações técnicas prestadas pelos licitantes;

5.1.8. No caso de o licitante vencedor ter sua amostra reprovada ou apresentada fora das especificações previstas neste Termo de Referência, sua proposta será desclassificada, sendo o próximo licitante classificado chamado imediatamente para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que a amostra apresentada seja aceita pela Administração.

5.1.9. O licitante que não apresentar a amostra no prazo previsto no item 5.1.2 também terá sua proposta automaticamente **desclassificada**;

5.1.10. O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a amostra apresentada e aprovada;

5.1.11. A amostra será fornecida sem custo, no local indicado conforme item 5.1.4 deste Termo de Referência, e aquela que for submetida a testes que impliquem na sua destruição ou inutilização não será devolvida e/ou descontada das quantidades a serem entregues;

5.1.12. A amostra aprovada permanecerá sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega.

5.1.13. A amostra não aprovada não será devolvida e poderá ser descartada pelo órgão avaliador;

5.1.14. A apresentação e aceite da amostra do material não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor em garantir os materiais ofertados;

5.1.15. O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

5.1.16. A CONTRATADA deverá apresentar documento que comprove a RESISTÊNCIA, VERACIDADE ou CAPACIDADE do material solicitado, seguindo as especificações técnicas apresentadas neste Termo de Referência.

5.1.17. Da exigência de carta de solidariedade: em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

5.1.18. No momento da entrega, a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal (NF) com os valores e descrição do material.

6. FORNECIMENTO DE MATERIAL

6.1. O material deverá ser entregue de forma parcelada, seguindo as informações da quantidade de material por entrega, respeitando as informações que serão apresentadas na Ordem de Fornecimento.

6.2. O quantitativo informado na Ordem de Fornecimento deverá ser entregue em um único dia, respeitando o prazo máximo de entrega do material, não podendo essa quantidade ser parcelada em várias entregas.

6.3. As Ordens de Fornecimento deverão conter data da expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, prazo de entrega, número do processo, número do empenho, dados da licitante responsável, e deverá ser devolvida assinada pelo responsável pela empresa licitada.

6.4. Subcontratação

6.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.5. Garantia da Contratação

6.5.1. No caso de emissão de contrato, será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato.

6.5.2. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente: Lei de Licitações e Contratos Administrativos, LEI Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decreto municipal nº62.100 de 27/12/2022.

7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto no prazo se atendidas, pela CONTRATADA, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

7.2. Verificar a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor(es) especialmente designado(s);

7.4. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento do material entregue em desacordo com o previsto neste Termo de Referência notificando formalmente a CONTRATADA sobre tais inconformidades;

7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

- 7.6. Disponibilizar informações adequadas para a entrega, incluindo horários, responsáveis, rotas de acesso, normas internas e orientações de segurança.
- 7.7. Exigir da Contratada o cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive quanto à qualidade do material, prazos de entrega, substituição de itens e regularidade documental.
- 7.8. Aplicar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato em caso de descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Realizar o transporte do material de forma adequada, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, no prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.1.2. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, com a devida comprovação e no prazo que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para a entrega do material, por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: e-mail, ofício, carta, WhatsApp, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente;

8.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

8.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições fiscais da licitação;

8.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Subprefeitura Sé - Supervisão de Manutenção, durante a realização do Contrato;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. Entregar o material no prazo e quantitativo conforme solicitado pelo gestor do contrato.

8.1.8. Fornecer a composição de custo/preço detalhada do produto em questão, conforme especificação.

8.1.9. Formalizar, no início do contrato, junto ao gestor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação para realização do pedido de material, por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: email, ofício, carta, WhatsApp, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente;

8.1.10. Responder por danos, perdas, avarias ou quebras ocorridas durante transporte, descarga, armazenagem ou manuseio até o recebimento definitivo, utilizando embalagens adequadas, volumes identificados, proteção contra impactos e documentação fiscal completa.

8.1.11. Assegurar a homogeneidade das cores por lote, evitando fornecimento de peças com variações extremas de tonalidade que comprometam o padrão urbanístico do passeio.

8.2. Na ocorrência de fato superveniente que acarrete à impossibilidade da

utilização do material, a empresa deverá garantir a substituição do material com qualidade igual ou superior, com anuência prévia da CONTRATANTE, cujas características deverão ser comprovadas por laudos de amostragem, sem acarretar ônus à Administração.

8.2.1. Sempre que julgar necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar, por conta própria, laudos e análises físico-mecânicas, ensaios à compressão, análise dimensional a serem realizadas em laboratórios de livre escolha, sendo as despesas totalmente custeadas pela CONTRATADA.

8.2.2. A CONTRATADA deverá emitir, após a Nota de Empenho, a respectiva nota fiscal para pagamento.

8.3. Apresentar, no ato da entrega, a documentação técnica obrigatória:

8.3.1. Nota Fiscal contendo descrição completa do material (cor, tipo, quantidade, dimensões);

8.3.2. Certificado de origem geológica (quando solicitado);

8.3.3. Laudo amostral de resistência à compressão (quando exigido);

8.3.4. Atestado de qualidade do lote, quando aplicável.

8.4. Assegurar a homogeneidade das cores por lote, evitando fornecimento de peças com variações extremas de tonalidade que comprometam o padrão urbanístico do passeio.

8.5. Comunicar previamente qualquer impedimento ou dificuldade operacional que possa comprometer o prazo de entrega, apresentando justificativa documentada e plano de ação.

8.6. Manter canal de comunicação ativo com o Fiscal do Contrato, garantindo pronta resposta às solicitações de esclarecimentos, suporte técnico e regularização documental.

8.7. Seguir rigorosamente as disposições ambientais do contrato, incluindo:

8.7.1. Proibição de descarte inadequado de fragmentos pétreos;

8.7.2. Correta destinação de resíduos gerados durante transporte ou quebra de lotes.

9. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

9.1. **Prazo e Entrega**

9.1.1. O prazo para entrega do material será de no máximo 10 (dez) dias úteis, a partir do dia seguinte do recebimento da Nota de Fornecimento ou documento equivalente, podendo esse prazo, em face da necessidade, ser alterado a critério da Supervisão Técnica de Manutenção da Subprefeitura Sé.

9.1.2. Para a entrega do material, a CONTRATADA deve agendar uma data e horário junto ao fiscal designado, dentro do prazo informado no item 9.1.1.

9.1.3. O agendamento da data e horário de entrega dos materiais deve ser feito por telefone ou e-mail disponíveis abaixo:

Contato via e-mail	Contato telefone	Contato via Celular e WhatsApp

9.1.4. O local de entrega dos materiais será o mesmo indicado no item 9.1.5.

9.1.5. O horário de funcionamento do Almoxarifado da Subprefeitura Sé é de Segunda-Feira a Sexta-Feira das 8h30 às 15h30 Rua Rudge,113 - Bom Retiro - São Paulo SP - CEP 01135-020. **LOCAL COM ZMRC (ZONA MÁXIMA DE RESTRIÇÃO E CIRCULAÇÃO).**

9.1.6. A CONTRATADA deverá se atentar às descrições da ZMRC conforme portaria nº137/18SMT.GAB, para entrega do material em dias e horários de restrição, e caso faça necessário, adquirir cadastro para circulação de veículos como caminhões, junto ao DETRAN ou Órgão Responsável.

9.1.7. A CONTRATANTE não se responsabiliza pelo cadastro para a licença de circulação de veículos em zona de ZMCR, ZERC, ou quaisquer outras, em nenhum órgão, e a falha na entrega do material estará sujeita a sanções administrativas informadas neste Termo, contrato ou documento equivalente.

9.1.8. Os custos pelo transporte deverão ser inclusos no preço final do material, portanto, o frete será custeado pela CONTRATADA.

9.1.9. Descarregar os quantitativos de cada objeto da requisição no local indicado pelo CONTRATANTE, de forma ordenada, a fim de facilitar a conferência.

9.1.10. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento e qualidade do produto discriminado neste Termo de Referência, não transferindo a outrem, no todo ou em parte.

9.1.11. Garantir o correto manuseio do material no local de armazenagem, bem como durante o transporte, até o seu destino final, no Almoxarifado da Subprefeitura Sé.

9.1.12. Substituir no prazo de 24h e sem ônus adicionais o produto que se apresentar com algum dano, como quebrados, trincados, fora da metragem, enferrujados, entre outros que impossibilitem o uso dos mesmos ou que não atenda às exigências informadas neste Termo de Referência. Também deverão ser substituídos os materiais que sofrerem danos no momento do descarregamento.

9.2. **DESEMPENHO**

9.2.1. O Material deverá ser entregue ao fiscal designado por esta Subprefeitura Sé, que será informado no momento do agendamento, mediante a presença de pelo menos um servidor da Unidade de Armazenamento.

9.2.2. Deverão ser observados os métodos, rotinas, procedimentos, frequência e periodicidade de execução mencionadas a seguir:

9.2.2.1. **ENTREGA PARCELADA** O prazo de entrega do material deverá atender as condições estabelecidas no item 9.1.1., após o recebimento da Ordem de Fornecimento, emitidos posteriormente a formalização da contratação .

9.2.2.2. Não serão aceitos os materiais que apresentarem, quaisquer divergências as especificações técnicas informadas neste termo solicitado.

9.2.2.3. A CONTRATADA é responsável pelo descarregamento e acondicionamento do material, no local indicado pelo fiscal, portanto, deverá fornecer no momento da entrega equipe apropriada e/ou equipamento devidamente preparado para o descarregamento, por custas próprias.

9.2.2.4. Eventuais danos às instalações e equipamentos da PMSP decorrentes da

entrega do material deverão ser ressarcidos e/ou reparados pela CONTRATADA, não cabendo qualquer contestação ou ônus à PMSP.

9.3. ROTINAS DA FISCALIZAÇÃO

9.3.1. A aquisição deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3.2. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato designado ou por seu respectivo substituto, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento (processo eletrônico SEI) do contrato ou instrumento equivalente todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 120 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.4. O fiscal acompanhará a execução do contrato para assegurar o cumprimento de todas as condições estabelecidas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 120 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificação para correção da execução contratual, fixando prazo para saneamento, conforme art. 120 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.6. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, sobre situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para as providências cabíveis, nos termos do art. 120 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal, bem como as medidas adotadas, informando à autoridade superior os casos que ultrapassem sua competência, nos termos do art. 118 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.8. Compete ainda ao fiscal do contrato verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar empenho, pagamento, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário, conforme art. 120 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.9. Ocorrendo descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema e reportará ao gestor quando a providência ultrapassar sua competência, nos termos do art. 120 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo registros formais da execução, como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório para verificação da necessidade de adequações, conforme art. 118 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.11. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais obstáculos ao fluxo regular da despesa, nos termos do art. 118 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.12. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, com registro do

desempenho e eventuais penalidades aplicadas, conforme art. 118 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3.13. O gestor adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, a ser conduzido nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 118 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

10.2. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar, se conveniente, o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.4. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

10.5. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente: Lei de Licitações e Contratos Administrativos, LEI Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 62.100 de 27/12/2022.

11. SANÇÕES APLICÁVEIS:

11.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações e sanções administrativas discriminadas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 62.100/2022 em seu art.155 e 156, poderá ser apenada, isoladamente ou juntamente com as multas definidas em Contrato ou documento equivalente.

11.2. Na aplicação das sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a garantia do contraditório e da ampla e prévia defesa.

12. PRAZO DE PAGAMENTO

12.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados do ateste da respectiva Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura.

12.2. pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto nº 51.197/2010.

13. ESTIMATIVA DE PREÇO

13.1. O valor Estimado é SIGILOSO, conforme Art. 32 do Decreto Municipal 62.100/2022 e Art. 24 da Lei Federal 14.133/21.

13.2. O custo estimado consta na pesquisa mercadológica anexada aos documentos deste processo no Sistema SEI e em tópico específico em Estudo Técnico Preliminar.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo/ Subprefeitura Sé, através da Dotação indicada pela Supervisão de Finanças desta Subprefeitura.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

15.1. O objeto da aquisição está previsto no Orçamento de 2026, desta Subprefeitura Sé.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Por se tratar de aquisição de objeto comum, o método de seleção de fornecedor será o de **MENOR PREÇO**, previsto na Seção III dos Critérios de Julgamento da Lei nº 14.133/2021.

17. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

17.1. A aquisição deste Termo poderá ser realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme Lei nº 14.133/2021.

Elizabeth Cristina Andreu de Miranda

Assessor II

SUB-SÉ/CMIU/STM

Juliane Machado da Silva

Arquiteta

SUB-SÉ/CMIU/STM

Evaldo José de Freitas Gomes

Supervisor

SUB-SÉ/CMIU/STM



Elizabeth Cristina Andreu de Miranda
Assessor(a) II

Em 12/05/2026, às 16:14.



JULIANE MACHADO DA SILVA

Profissional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia

Em 12/05/2026, às 16:22.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **157280868** e o código
CRC **6DC67486**.

Referência: Processo nº 6056.2026/0001661-8

SEI nº 157280868